

2º R T D

49632

PORTO ALEGRE/RS

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA
RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S.A. - CONCEPA

celebrado entre

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S.A. - CONCEPA
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
como Interviente Garantidora

Datado de
10 de fevereiro de 2012

[Handwritten signatures and stamps]

DEPARTAMENTO JURÍDICO
TPI

2º R T D

49632

PORTO ALEGRE/RS

ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES.....	3
CLÁUSULA II REQUISITOS.....	4
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	5
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	8
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO.....	15
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO, AQUISIÇÃO FACULTATIVA E OPÇÃO DE VENDA DAS DEBÊNTURES PELOS DEBENTURISTAS	16
E AQUISIÇÃO FACULTATIVA.....	16
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO	17
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.....	21
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO.....	24
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	31
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA	32
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS.....	34

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: DEPARTAMENTO JURÍDICO]

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S.A. - CONCEPA

Pelo presente instrumento,

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S.A. - CONCEPA, sociedade por ações, com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Santo Antonio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia BR 290 s/n, km 19, CEP 95500-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.654.604/0001-14, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("**Emissora**" ou "**Companhia**");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, sala 514, bloco 04, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento ("**Agente Fiduciário**" ou "**Pentágono**");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "**Partes**" e, individual e indistintamente, como "**Parte**"; e

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1403, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.014.553/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("**Interveniente Garantidora**")

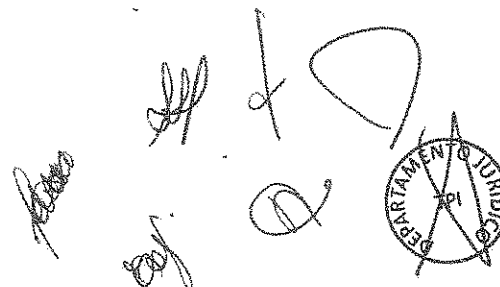
vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia Osório-PORTO ALEGRE S.A. - Concepa" ("**Escritura de Emissão**"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÕES**

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da (i) Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 06 de fevereiro de 2012 ("**RCA da Companhia**"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão (conforme definido na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições; (b) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à



efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e (ii) Reunião do Conselho de Administração da Interviente Garantidora, realizada em 10 de fevereiro de 2012 ("RCA da Interviente Garantidora"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação para outorga da Fiança (conforme definida na Cláusula 4.15.1 abaixo); e (b) a autorização à Diretoria da Interviente Garantidora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA da Interviente Garantidora.

1.2 Autorização da Emissora

1.2.1 A presente Emissão foi aprovada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT ("ANTT") em 14 de dezembro de 2011, por meio da Deliberação nº 257, publicada no Diário Oficial da União em 15 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A quinta emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de acordo com a Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), nos termos desta Escritura de Emissão ("Emissão" ou "Oferta Restrita"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento na Junta Comercial do Rio Grande do Sul e Publicação dos Atos Societários

2.1.1. A ata da RCA da Companhia será arquivada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul ("JUCERGS") e publicada no Diário Oficial da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, no Jornal do Comércio e no Jornal Zero Hora ("Jornais de Publicação da Companhia"). A ata da RCA da Interviente Garantidora será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico ("Jornais de Publicação da Interviente Garantidora") e, em conjunto com os Jornais de Publicação da Companhia, os "Jornais de Publicação").

2.1.2. Os atos societários da Emissora e da Interviente Garantidora que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCERGS e na JUCESP, respectivamente, bem como serão publicados nos respectivos Jornais de Publicação.

2.2. Arquivamento da Escritura de Emissão na Junta Comercial do Rio Grande do Sul

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERGS, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.3.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: DEPARTAMENTO JURÍDICO]

2.3.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" em vigor desde 1º de junho de 2011.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos na Cláusula 3.5.2.1 abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações definidas no artigo 17 da referida Instrução, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

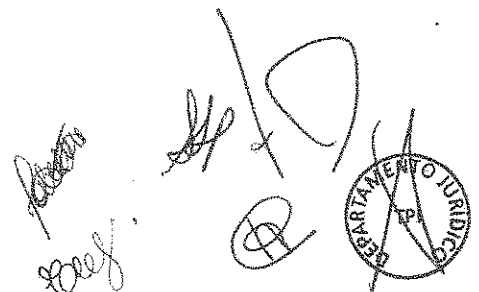
2.5. Registro da Garantia

2.5.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, em função da garantia fidejussória, serão protocolizados em até 5 (cinco) dias úteis contados do seu registro na JUCERGS e não após 20 (vinte) dias corridos contados de sua assinatura, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo; Estado de São Paulo ("Cartório de São Paulo"), no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul ("Cartório de Porto Alegre") e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Cartório do Rio de Janeiro" e, em conjunto com o Cartório de São Paulo e Cartório de Porto Alegre, "Cartórios"), na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973. No prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da obtenção dos registros nos Cartórios acima, a Emissora obriga-se a apresentar ao Agente Fiduciário cópia desta Escritura registrada nos respectivos Cartórios.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (a) a realização, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, da exploração da RODOVIA BR 290/RS, no trecho OSÓRIO-PORTO ALEGRE, entroncamento BR 116 (entrada para Guaíba) e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação ("Concessão"); e (b) venda de cartões e cupons de pedágio e congêneres, bem como de armarinhos, miudezas e demais artigos para presentes e produtos comestíveis em suas filiais e postos de venda.



3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura de Emissão constitui a quinta emissão para distribuição pública de Debêntures simples da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de até R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

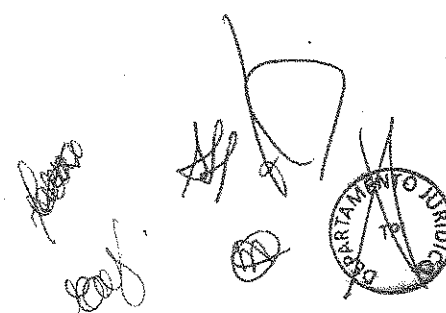
3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação do Banco Votorantim S.A. ("Coordenador Líder"), com esforços restritos de colocação, das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Concessionária da Rodovia Osório-PORTO ALEGRE S.A. – Concepa", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder em 06 de fevereiro de 2012 ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros e com a demanda das Debêntures pelos Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.5.3.1 abaixo), a ser realizado, pelo Coordenador Líder, no âmbito da Oferta, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição: (i) da Remuneração das Debêntures (conforme definido na Cláusula 4.2.1.2 abaixo); e (ii) da quantidade de Debêntures a ser emitida ("Procedimento de Bookbuilding"). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser levado a registro perante a JUCERGS.

3.5.3 O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.5.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).



3.5.3.2. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definido nas Cláusulas 4.15 e 4.16 abaixo).

3.5.3.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.3.4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.3.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.5.3.6. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5.3.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.5.3.8. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.6. Banco Mandatário e Escriturador

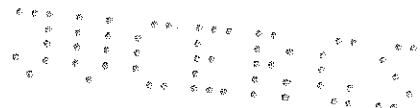
3.6.1. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, Torre Eudoro Villela, 10º andar, CEP 04309-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e o agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e o Escriturador.

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados para (i) o pré-pagamento das Cédulas de Crédito Bancário emitidas pela Emissora em favor do Coordenador Líder ("CCBs"), no montante total de R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) na data de emissão das CCBs, abaixo listadas, e (ii) a recomposição de caixa da Emissora.

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: DEPARTAMENTO JURÍDICO]



- (i) "Cédula de Crédito Bancário – CCB n.º10069972" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 21 de dezembro de 2010 e com vencimento em 20 de março de 2014;
- (ii) "Cédula de Crédito Bancário – CCB n.º10107446" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 21 de dezembro de 2010 e com vencimento em 20 de março de 2014;
- (iii) "Cédula de Crédito Bancário – CCB n.º10107448" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 21 de dezembro de 2010 e com vencimento em 20 de março de 2014;
- (iv) "Cédula de Crédito Bancário – CCB n.º10107449" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 21 de dezembro de 2010 e com vencimento em 20 de março de 2014;
- (v) "Cédula de Crédito Bancário – CCB n.º10107450" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 21 de dezembro de 2010 e com vencimento em 20 de março de 2014; e
- (vi) "Cédula de Crédito Bancário – CCB n.º10107451" emitida pela Companhia em favor do Votorantim em 21 de dezembro de 2010 e com vencimento em 20 de março de 2014.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 01 de março de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real e contarão com garantia adicional fidejussória.

4.1.4. **Prazo e Datas de Vencimento:** O prazo das Debêntures será de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 01 de setembro de 2016 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, atualizado e acrescido da Remuneração das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.2.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário" ou "VNU").

4.1.6. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas até 16.000 (dezesesseis mil) Debêntures, conforme o definido no Procedimento de *Bookbuilding*.

4.2. Remuneração das Debêntures

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.2.1. **Remuneração das Debêntures.** A Remuneração das Debêntures será calculada conforme o disposto nas Cláusulas 4.2.1.1. e 4.2.1.2. abaixo.

4.2.1.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.1.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.2.4 abaixo) das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252, (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a até 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Sobretaxa”, e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração das Debêntures”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures devida em cada data de pagamento de Remuneração das Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

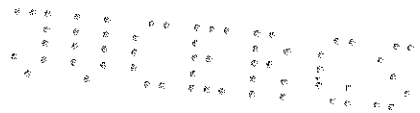
$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das taxas DI_k , da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de pagamento de Remuneração das Debêntures, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page, including a circular stamp that reads "DEPARTAMENTO JURÍDICO".



Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = acréscimo sobre a Taxa DI, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgada pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.1.3. *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI*. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da taxa DI_k que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa DI_k for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 4.2.1.4 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

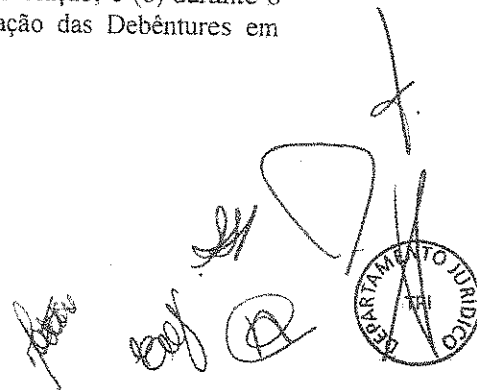
4.2.1.4. *Indisponibilidade da Taxa DI*. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DI_k por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da taxa DI_k ou de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral (conforme definida na Cláusula X abaixo) de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DI_k divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

Caso a taxa DI_k volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a taxa DI_k, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da taxa DI_k nos termos aqui previstos, a última taxa DI_k divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral, qual a alternativa escolhida:

I. resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração das Debêntures será a última taxa DI_k disponível; ou

II. amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures em



circulação, as Debêntures em circulação farão jus à remuneração já definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.2.1.4 acima.

4.2.2. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP significa qualquer dia, exceto pelos sábados, domingos ou feriados nacionais. Para as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão ou para as Debêntures que não estiverem custodiadas na CETIP, na data de cada pagamento, o dia em que os bancos deverão ou poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

4.2.3. Para fins da presente Escritura de Emissão, entende-se por “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima data de pagamento da Remuneração das Debêntures. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.

4.2.4. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão “Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado remanescente após cada Data de Amortização das Debêntures.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será amortizado em 08 (oito) parcelas semestrais, sendo certo que o primeiro pagamento deverá ser realizado em 01 de março de 2013 e os demais pagamentos nas datas e nos percentuais aduzidos na tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado, incidente sobre o VNU, na Data de Emissão
01 de março de 2013	8,0000%
01 de setembro de 2013	8,0000%
01 de março de 2014	11,0000%
01 de setembro de 2014	11,0000%
01 de março de 2015	14,0000%
01 de setembro de 2015	14,0000%
01 de março de 2016	17,0000%
01 de setembro de 2016	17,0000%

4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração das Debêntures

4.4.1. A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, inclusive, sendo o primeiro pagamento devido em 01 de setembro de 2012 e o último na Data de Vencimento das Debêntures, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo), ou, ainda, nas hipóteses previstas nos itens I e II da Cláusula 4.2.1.4 acima (“Pagamento da Remuneração das Debêntures”).

[Handwritten signatures and stamps]

DEPARTAMENTO JURÍDICO

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere à integralização das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado na Cláusula 4.5 acima, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, calculado *pro rata temporis*; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

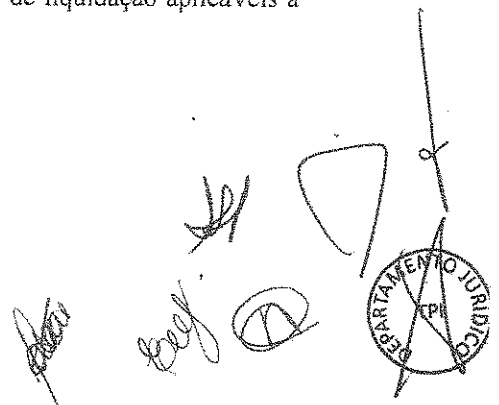
4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura de Emissão ("Preço de Subscrição"). O Preço de Subscrição será, para todos os fins, fixado com duas casas decimais.

4.10. Forma de Integralização

4.10.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.



4.11. Repactuação

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no jornal Diário Oficial da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, no Jornal do Comércio e no Jornal Zero Hora ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.concepa.com.br) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

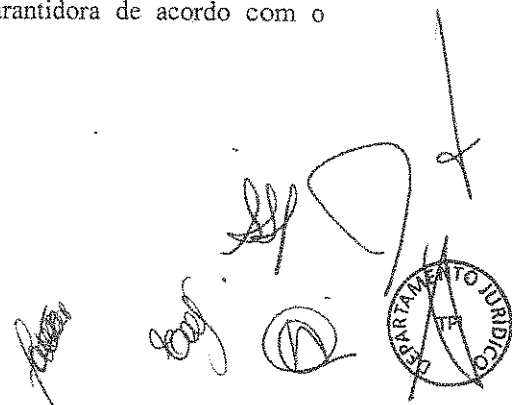
4.14. Imunidade de Debenturistas

4.14.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.15. Garantia Fidejussória

4.15.1. Adicionalmente à Garantia Real prestada abaixo, a Interviente Garantidora, neste ato, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, renunciando expressamente aos benefícios e direitos descritos na Cláusula 4.15.3 abaixo, como principal pagadora e solidariamente responsável com a Emissora, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração das Debêntures e os Encargos Moratórios, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Fiança" e "Valor Garantido").

4.15.2. A Interviente Garantidora obriga-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Interviente Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pela Interviente Garantidora de acordo com o estabelecido nesta Escritura de Emissão e fora do âmbito da CETIP.

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures in black ink. To the right of these signatures is a circular stamp. The stamp has the words "DEPARTAMENTO JURIDICO" around the perimeter and a stylized logo in the center.

4.15.3. A Interviente Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza e demais direitos previstos nos artigos 277, 333, 366, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.15.4. A Interviente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.15, observado, entretanto, que a Interviente Garantidora desde já concorda e obriga-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pela Interviente Garantidora nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.15.5. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento integral do Valor Garantido, inclusive nos casos de prorrogação da Data de Vencimento.

4.15.6. A Interviente Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

4.15.7. Em caso de inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária, o Agente Fiduciário notificará a Interviente Garantidora para que realize o pagamento devido pela Emissora. Não obstante, a presente fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações principais e acessórias garantidas.

4.15.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.16. Garantia Real

4.16.1. As Debêntures serão garantidas por cessão fiduciária de 25% (vinte e cinco por cento) dos direitos creditórios emergentes da cobrança de pedágio relativa à Concessão, que será constituída pelo "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária") ("Garantia Real" e, em conjunto com a Fiança, "Garantias").

4.17. Classificação de Risco

4.17.1. As Debêntures objeto da presente Emissão obtiveram a classificação de risco ("Rating") equivalente a "AA-", emitida pela Fitch Ratings.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCERGS.

Handwritten signatures and a circular stamp of the Departamento Jurídico.

CLÁUSULA VI
RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO,
AQUISIÇÃO FACULTATIVA E OPÇÃO DE VENDA DAS DEBÊNTURES PELOS
DEBENTURISTAS

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. A Emissora não poderá resgatar antecipadamente as Debêntures.

6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir qualquer quantidade de Debêntures em circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.2.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

6.3. Opção de Venda das Debêntures pelos Debenturistas

6.3.1. Na ocorrência de mudança de controle da Interveniente Garantidora ("Mudança de Controle"), a Emissora estará obrigada a recomprar as Debêntures do Debenturista Dissidente (conforme definido abaixo), segundo o disposto nas cláusulas a seguir ("Opção de Venda das Debêntures pelos Debenturistas" ou simplesmente "Opção de Venda").

6.3.1.1. O Agente Fiduciário deverá encaminhar notificação à CETIP e aos Debenturistas informando sobre a Mudança de Controle em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência do evento, contendo as informações consideradas relevantes pelo Agente Fiduciário para conhecimento dos Debenturistas ("Notificação").

6.3.1.2. O Debenturista que não concordar com a Mudança de Controle ("Debenturista Dissidente"), deverá (i) registrar eletronicamente sua manifestação, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e (ii) para as Debêntures que não estiveram custodiadas na CETIP encaminhar uma carta à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias do recebimento da Notificação. Passado esse período, caso não haja qualquer manifestação será considerado que o Debenturista aceitou a Mudança de Controle.

6.3.1.3. A Emissora deverá, em 30 (trinta) dias do encerramento do prazo de manifestação mencionada em 6.3.1.2 acima, efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou último pagamento, conforme o caso, até a data do efetivo exercício da Opção de Venda, sendo certo que todas as Debêntures objeto da Opção de Venda serão liquidadas em uma única data.

6.3.1.4. A CETIP deverá ser comunicada da realização da Opção de Venda das Debêntures pelos Debenturistas na mesma data em o Agente Fiduciário informar os Debenturistas.

[Handwritten signatures and stamps]

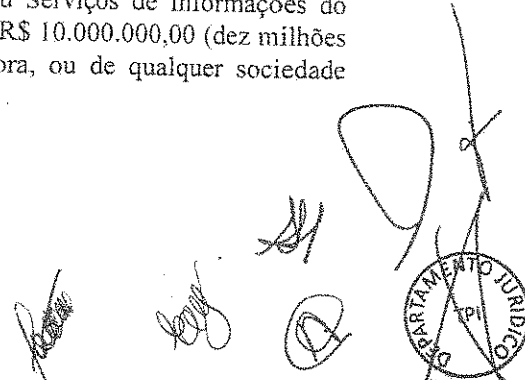
[Circular stamp: DEPARTAMENTO JURÍDICO]

6.3.1.5. As Debêntures recompradas poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado e, neste caso, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.1 a 7.1.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário, atualizado conforme o disposto na Cláusula 4.2 acima, ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures correspondente, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures correspondente imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, ao tomar ciência da ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):

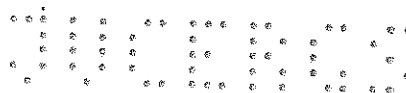
- (a) descumprimento, pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis;
- (b) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Interveniente Garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (c) ocorrência de (i) dissolução, liquidação ou extinção da Emissora; (ii) decretação de falência da Emissora (iii) ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (iv) qualquer evento análogo que caracterize o encerramento das atividades da Emissora;
- (d) protesto de títulos em valor individual ou agregado superior a (i) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, contra a Emissora ou qualquer sociedade controlada ou coligada, consideradas individualmente; ou (ii) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, contra a Emissora, ou qualquer sociedade controlada ou coligada, consideradas conjuntamente, por cujo pagamento a Emissora, ou qualquer sociedade controlada ou coligada seja responsável, salvo se a Emissora, ou qualquer sociedade controlada ou coligada comprovar, por meio de prova documental, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da notificação do referido protesto que: (i) o protesto foi realizado por terceiros de má-fé; (ii) o protesto foi elidido no prazo legal; (iii) o protesto foi cancelado; ou (iv) foram prestadas e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;
- (e) inscrição (i) da Emissora, ou de qualquer sociedade controlada ou coligada, consideradas individualmente, em qualquer órgão de restrição de crédito, tais como Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo ou Serviços de Informações do Banco Central - Sisbacen por valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas; ou (ii) da Emissora, ou de qualquer sociedade



controlada ou coligada, consideradas conjuntamente, em qualquer órgão de restrição de crédito, tais como Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo ou Serviços de Informações do Banco Central - Sisbacen por valor individual ou agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se a Emissora, ou qualquer sociedade controlada ou coligada comprovar, por meio de prova documental, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da referida inscrição que: (i) a inscrição foi realizado por terceiros de má-fé; (ii) a inscrição foi elidida no prazo legal; ou (iii) a inscrição foi cancelada;

- (f) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora, ou de qualquer de suas coligadas ou-controladas, que, em conjunto ou isoladamente resulte ou possa resultar em obrigação de pagamento para a Emissora ou para qualquer de suas controladas ou coligadas de valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, para as quais não tenha sido feita provisão para pagamento;
- (g) inadimplemento de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária em valor individual ou agregado superior a (i) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora ou qualquer de suas controladas ou coligadas, consideradas individualmente, seja parte, ou (ii) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora, ou qualquer de suas controladas ou coligadas, consideradas conjuntamente, seja parte; salvo se a Emissora, ou qualquer de suas controladas ou coligadas (i) sanar tal inadimplemento no prazo de cura previsto no respectivo acordo ou contrato; ou, ainda, (ii) na falta de previsão de prazo de cura no respectivo acordo ou contrato, sanar tal inadimplemento no prazo de 10 (dez) Dias Úteis;
- (h) inveracidade, incorreção ou descumprimento, em qualquer aspecto relevante, de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora nesta Escritura de Emissão e/ou em quaisquer documentos no âmbito da Oferta Restrita;
- (i) transformação da Emissora e/ou de sua controladora e/ou da Interviente Garantidora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) caso a Emissora sofra mudanças estruturais, tais como cisão parcial ou total, incorporação, fusão, *drop down* de ativos ou mudança de controle direto, sem a anuência prévia dos Debenturistas, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) não atendimento aos compromissos assumidos com o poder concedente, não sanado no prazo previsto na respectiva notificação recebida do poder concedente nesse sentido;
- (l) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, durante o prazo em que a Emissora incorrer em descumprimento de qualquer obrigação assumida nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) caso as Garantias prevista nas Cláusulas 4.15 e 4.16 acima venham a se tornar ineficazes ou inexecutáveis, e tal ineficácia ou inexecutabilidade não seja revertida no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da sua ocorrência ou as Garantias não sejam reforçadas, observado que tais novas garantias deverão ser previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas;
- (n) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão;

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page. There are several illegible signatures. A circular stamp is visible, containing the text 'DEPARTAMENTO JURIDICO' and 'TPI'.



- (o) não manutenção, pela Emissora, durante todo o prazo de Emissão, de 40% (quarenta por cento) das receitas decorrentes da exploração do pedágio relativa à Concessão, livres e desimpedidas de quaisquer ônus ou gravames de qualquer espécie;
- (p) alteração do objeto social da Emissora que resulte, cumulativamente, (a) em alteração relevante no setor de atuação; e (b) na avaliação dos Debenturistas, após manifestação expressa da Emissora realizada no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de ocorrência da alteração, em prejuízo material que afete a capacidade jurídica e/ou econômico financeira da Emissora de cumprir com qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (q) redução do capital social da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão da Concessão e das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, e/ou por qualquer de suas controladas ou coligadas, exceto se, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis a Emissora comprovar que tomou as providências necessárias para suspender os efeitos da não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão da Concessão e das referidas autorizações e licenças; e dentro de 60 (sessenta) Dias Úteis a contar da data das providências citadas acima, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional suspendendo os efeitos da não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão da Concessão e das referidas autorizações e licenças; e
- (s) rebaixamento da classificação de *rating* da Emissão; e
- (t) não manutenção, pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem apurados trimestralmente pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário com base nas informações trimestrais consolidadas divulgadas regularmente pela Emissora ("Índices Financeiros"):
- (i) Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior às razões indicadas na tabela abaixo::

Ano	Dívida Líquida/EBITDA inferior a :
31 de março de 2012	2,5
30 de junho de 2012	2,5
30 de setembro de 2012	2,5
31 de dezembro de 2012	2,5
31 de março de 2013	2,0
30 de junho de 2013	2,0
30 de setembro de 2013	2,0
31 de dezembro de 2013	2,0
31 de março de 2014	1,5
30 de junho de 2014	1,5
30 de setembro de 2014	1,5
31 de dezembro de 2014	1,5
31 de março de 2015	1,25
30 de junho de 2015	1,25

30 de setembro de 2015	1,25
31 de dezembro de 2015	1,25
31 de março de 2016	0,75
30 de junho de 2016	0,75
30 de setembro de 2016	0,75
31 de dezembro de 2016	0,75

(ii) EBITDA/Serviço da Dívida igual ou superior a 1,3 (uma vírgula três) vezes;

onde:

“Dívida Líquida” corresponde ao somatório das dívidas onerosas da Emissora, em bases consolidadas, menos as disponibilidades de curto prazo (somatório do caixa mais aplicações financeiras) do período em análise;

“EBITDA” corresponde ao lucro (prejuízo) operacional, adicionado da depreciação e amortização e diminuído do resultado financeiro, apurados de forma acumulada nos últimos 12 (doze) meses; e

“Serviço da Dívida” corresponde ao somatório dos valores destinados a amortização de principal e/ou pagamentos de juros, do período em análise. O montante total das Cédulas de Crédito Bancário que será pré-paga com os recursos obtidos no âmbito desta Emissão, conforme descrito neste contrato, não serão considerados no somatório do montante do Serviço da Dívida;

7.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nas alíneas “a”, “c”, “i” e “l” da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.1.1.1 Na ocorrência da hipótese de vencimento antecipado prevista na Cláusula 7.1(m) acima, a Companhia obriga-se a convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que receber a notificação declarando a ineficácia e inexecutabilidade das Garantias, para apresentar novas garantias aos Debenturistas. Caso a Emissora não convoque a Assembleia de Debenturistas ou os Debenturistas reunidos em Assembleia, observado o quórum da Cláusula 7.1.3 abaixo, não aprovem as novas garantias, as Debêntures vencerão antecipadamente automaticamente.

7.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 7.1 acima, exceto os citados nas Cláusulas 7.1.1 e 7.1.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura de Emissão e o quórum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3 abaixo.

7.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas a que se referem as Cláusulas 7.1.1.1 e 7.1.2 acima poderão, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

[Handwritten signatures and stamps]

DEPARTAMENTO JURÍDICO
TPI



7.1.4. Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas 7.1.2 e 7.1.3 acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral pelo Agente Fiduciário, os Debenturistas ou a Emissora poderão convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3 acima. Caso, após 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência do(s) respectivo(s) Evento(s) de Inadimplemento a Assembleia Geral de Debenturistas não tiver sido convocada, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.1.5 abaixo.

7.1.5. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida na Cláusula 7.1.1 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 4.7 desta Escritura de Emissão.

7.1.6. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando o vencimento antecipado e a Emissora deverá, obrigatoriamente, cancelar as Debêntures.

7.1.7. Para fins desta Escritura de Emissão coligada tem o significado atribuído pelo artigo 243, § 1º da Lei das Sociedades por Ações

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

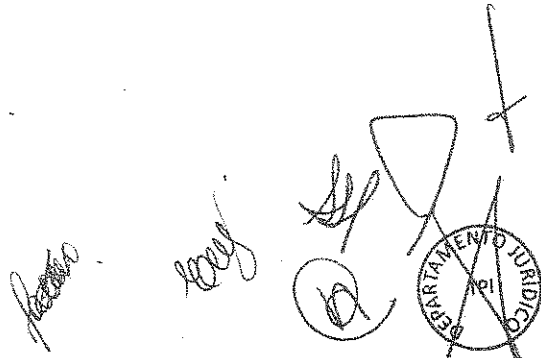
8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos Índices Financeiros e declaração dos seus representantes legais atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários (iii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iv) declaração do

Diretor Presidente (ou seu equivalente) da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão;

- (a.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras da Emissora, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (ii) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos Índices Financeiros e declaração dos seus representantes legais atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários (iii) declaração do Diretor Presidente (ou seu equivalente) da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;
- (a.3) em até 3 (três) Dias Úteis da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;
- (a.4) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; e
- (a.5) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (b) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto na alínea "a.4" acima, qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
- (c) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelas regras relevantes emitidas pela CVM para emissores de valores mobiliários nos termos da Instrução CVM 476, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (d) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria no prazo previsto na alínea "a.4" acima;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures and stamps. There are three distinct signatures in ink. Below them is a circular stamp with the text "DEPARTAMENTO JURIDICO" around the perimeter. To the left of this stamp is another circular stamp with a stylized letter, possibly "A".



- (f) cumprir com todas as determinações eventualmente emanadas da CVM, como o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia, caso aplicável;
- (g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (h) manter atualizados e em boa ordem seus livros e registros societários;
- (i) indicar um diretor que ficará responsável pelo atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas;
- (j) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (k) não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com esta Escritura de Emissão;
- (l) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (m) notificar o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis após a ocorrência do evento, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (n) tomar as medidas necessárias para:
 - (n.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do seu objeto social e das práticas comerciais usuais (observado, que, com relação às suas controladas diretas ou indiretas, nada nesta cláusula proibirá tal controlada de dispor sobre seus ativos, observado o disposto nesta Escritura de Emissão);
 - (n.2) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal; e
 - (n.3) estender as medidas listadas nas alíneas "n.1", "n.2" e "n.3" acima para as sociedades sob seu controle direto ou indireto;
- (o) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;
- (p) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Mandatário e Escriturador; (ii) Agente Fiduciário; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (i.e., SND);

- (q) observar as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, com exceção de seu inciso III;
- (r) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.7 acima;
- (s) cumprir com todas as obrigações previstas na regulamentação aplicável, em especial aquelas dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (t) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP;
- (u) não transferir ou de qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (v) colaborar com o Coordenador Líder para o atendimento integral das obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009 (conforme aplicáveis);
- (w) não realizar mútuos, na qualidade de credora, para a sua controladora e coligada; e
- (x) desde que não ocorra nenhum Evento de Inadimplemento, utilizar os recursos depositados em sua conta movimento na seguinte ordem de prioridade: (i) pagamento dos tributos incidentes sobre a sua receita proveniente das suas praças de pedágio; (ii) pagamento das despesas referentes à sua operação e manutenção; (iii) pagamento dos valores devidos nos termos do Contrato de Concessão relativos à verba anual para custeio da fiscalização e à verba para aparelhamento da polícia rodoviária; (iv) investimentos previstos no Contrato de Concessão e no Programa de Exploração da Rodovia (conforme lá definido); (v) outras despesas previamente aprovadas pelo Debenturistas; e (vi) pagamento das Obrigações assumidas nessa Escritura de Emissão.

8.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se a não praticar nenhum ato ou celebrar qualquer contrato com partes relacionadas em desacordo com o previsto em seu Estatuto Social e na legislação aplicável.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declarações do Agente Fiduciário

9.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: DEPARTAMENTO JURÍDICO]

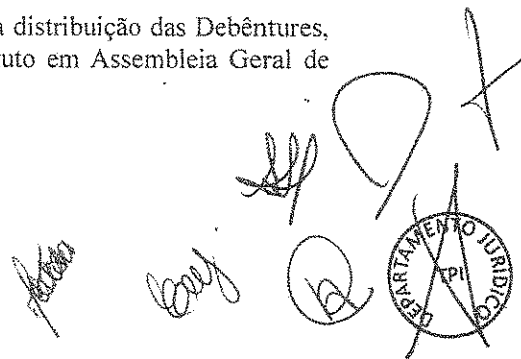
- (a) não ter nenhum impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto em Assembleia Geral de



Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCERGS.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável, sendo que o término do exercício de suas funções, devendo no caso da substituição, formalizar o aditamento a presente Escritura de Emissão, devidamente arquivado na JUCERGS.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis* a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page. There are several signatures in ink. A circular stamp is visible, partially obscured by a signature, with the text 'DEPARTAMENTO JURIDICO' and 'PI' visible. There is also a large handwritten '1' with an arrow pointing upwards.



- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações sendo certo que a documentação necessária para a elaboração deste será enviada pela Emissora no prazo máximo de 30 (trinta) dias prévios ao encerramento do prazo junto à CVM:
 - (1.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (1.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (1.6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (1.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (1.8) pagamentos da Remuneração das Debêntures realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (m) disponibilizar o relatório de que trata a alínea "l" acima aos Debenturistas no prazo disposto na regulamentação aplicável, ao menos nos seguintes locais:



- (m.1) na sede da Emissora;
 - (m.2) em sua sede social e em seu site (www.concepa.com.br);
 - (m.3) na CVM;
 - (m.4) na CETIP; e
 - (m.5) na sede do Coordenador Líder;
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "p" acima;
 - (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP;
 - (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
 - (q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
 - (r) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (s) calcular, diariamente, em conjunto com a Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e à Emissora em seu site (www.concepa.com.br); e
 - (t) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada data de pagamento da remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

9.4.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

Handwritten signatures and stamps:

- A large, stylized handwritten signature or mark.
- A circular stamp with the text "DEPARTAMENTO JURIDICO" and "TPI" in the center.
- Other smaller handwritten marks and initials.



9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "d" da Cláusula 9.5.1 acima.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário pela Emissora, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.6.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.6.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

9.6.5. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

9.6.6. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade

Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

9.6.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

9.6.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 9.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago e multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

9.7. Despesas

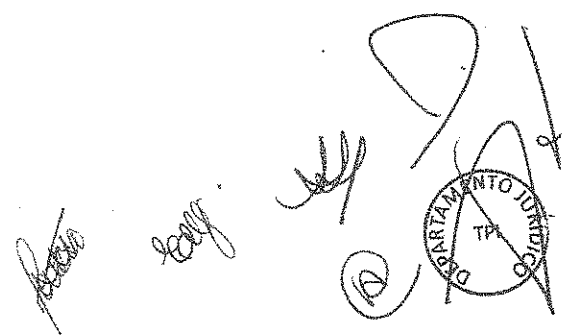
9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado, em 5 (cinco) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega das vias originais dos comprovantes de pagamento.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;





- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora, em razão de motivo justificado;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas" ou "Assembleia Geral") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação.

10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que



representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação das Assembleias Gerais previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, pela Interviente Garantidora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

10.3. Quorum de Deliberação

10.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Exceto pelo disposto nas Cláusulas 4.2.1.4 e 7.1.3 acima e na Cláusula 10.3.2 abaixo, ou os demais quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação.

10.3.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima as seguintes alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação: (i) a Remuneração das Debêntures (exceto pelo disposto na Cláusula 4.2.1.4); (ii) o quorum de deliberação das Assembleias Gerais; (iii) a vigência das Debêntures; (iv) as hipóteses de vencimento antecipado; e (v) os termos e condições da Fiança e do Contrato de Cessão Fiduciária, exceto na hipótese prevista na Cláusula 7.1.1.1., quando, exclusivamente para aprovação de eventual reforço de garantia, deverá ser observado o quorum descrito na cláusula 10.3.1 acima.

10.3.3. As alterações dos *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

10.3.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Interviente Garantidora nas Assembleias Gerais, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

10.3.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XI

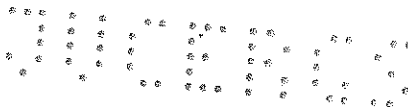
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

11.1. A Emissora e a Interviente Garantidora declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;



- (b) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Cessão Fiduciária e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) foram devidamente autorizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, por meio da Deliberação nº 257, de 14 de dezembro de 201, a realizar a Oferta e a constituir a Garantia Real;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e do Contrato de Cessão Fiduciária, e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e da Interveniente Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (g) detêm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, incluindo, mas não se limitando à Concessão, estando todas elas válidas;
- (h) exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados de boa fé pela Emissora e/ou pela Interveniente Garantidora, estão cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas relevantes ao seu adequado funcionamento e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios;
- (i) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, e as informações financeiras trimestrais relativas aos períodos de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2010 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora e da Interveniente Garantidora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora e da Interveniente Garantidora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora ou da Interveniente Garantidora, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora ou a Interveniente Garantidora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou para a Interveniente Garantidora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora ou da Interveniente Garantidora;



- (j) não têm conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora e/ou à Interviente Garantidora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora e pela Interviente Garantidora;
- (k) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e sobre a Interviente Garantidora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora e da Interviente Garantidora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (l) não omitiram ou omitirão nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das suas situações econômico-financeira ou jurídica, em prejuízo dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures;
- (m) não têm nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (n) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (o) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;
- (p) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (q) as informações prestadas no âmbito da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora e da Interviente Garantidora, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável; e
- (r) o Anexo I contém a descrição da emissão de debêntures realizada pela Interviente Garantidora em que a Pentágono atua também como agente fiduciário.

Handwritten signatures and stamps:

- A circular stamp with the text "DEPARTAMENTO JURIDICO" and "TP" in the center.
- Handwritten initials "Bey" and "Dey".
- A large handwritten "Q" or "9" with a checkmark.

CLÁUSULA XII
DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Concessionária da Rodovia Osório-PORTO ALEGRE S.A. - Concepa

Rua Voluntários da Pátria, nº 4.813, Bairro Floresta

90230-011 – Porto Alegre, RS

At.: Sr. Odenir José Sanches

Tel.: (51) 3027-7400

Fax: (51) 3027-7425

E-mail: odenir@concepa.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Av. das Américas, nº 4.200, sala 514, Bloco 04, Bairro Barra da Tijuca

22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (BackOffice) / Srta. Nathalia Machado (jurídico)

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: BackOffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário:

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa

04344-902 - São Paulo – SP]

At.: Sra. Cláudia G. Vasconcellos

Tel.: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para o Agente Escriturador:

Itaú Unibanco S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar

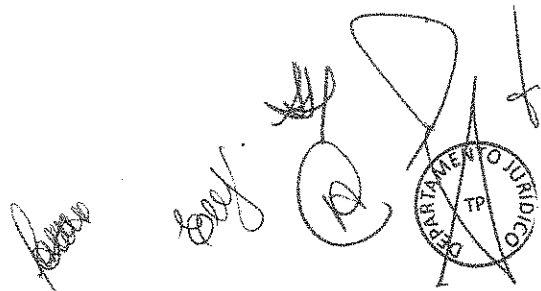
04538-132 - São Paulo – SP

At.: Sra. Cláudia G. Vasconcellos

Tel.: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br



49632

PORTO ALEGRE/RS

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
01452-001 – São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1400 / 2138-1400

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Para a Interveniente Garantidora:

TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.

Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1402
04551-000 – São Paulo, SP

At.: Sra. Paula Paulozzi Villar

Tel.: (11) 2169-3999

Fax: (11) 2169-3999

E-mail: paula.villar@triunfo.com

12.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fac-símile ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou da Interveniente Garantidora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e pela Interveniente Garantidora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

12.3.2. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que

[Handwritten signatures and stamps]
DEPARTAMENTO JURÍDICO



lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

12.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

12.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.5.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

12.6. Cômputo do Prazo

12.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Atualização de Valores

12.7.1. A partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, todos os valores em Reais (R\$) dela constantes, inclusive os mencionados na Cláusula VII acima, deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou a Remuneração das Debêntures.

12.8. Despesas

12.8.1. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; e (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão e os atos societários da Emissora.

12.9. Lei Aplicável

12.9.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.10. Foro

12.10.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: DEPARTAMENTO JURÍDICO TRI]

2º RFD

49632

PORTO ALEGRE/RS



Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

[Handwritten signatures and stamps]
The bottom right corner contains several handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is from the "DEPARTAMENTO JURIDICO" (Legal Department) and includes the initials "TN". There are also some other handwritten marks and a large checkmark-like symbol.

(Página de Assinatura 1/4 do "Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia Osório-PORTO ALEGRE S.A. - Concepa", celebrado em 10 de fevereiro de 2012)

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S.A. - CONCEPA

Nome:

Cargo: Sandro Antonio de Lima
RG: 15.258.444-4
CPF: 061.867.548-55

Nome:

Cargo: Odenir José Sanches
RG: 951.926 SSP/PR
CPF: 329.160.009-68

2º R T D

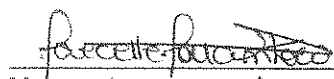
49632

PORTO ALEGRE/RS









(Página de Assinatura 2/4 do "Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia Osório-PORTO ALEGRE S.A. - Concepa", celebrado em 10 de fevereiro de 2012)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: MARCELLE ROSA SANTORO
Cargo: PROCURADORA

2º R T D
49632
PORTO ALEGRE/RS

(Página de Assinatura 3/4 do "Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia Osório-PORTO ALEGRE S.A. - Concepa", celebrado em 10 de fevereiro de 2012)

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Nome:

Cargo:

SANDRO ANTONIO DE LIMA
TPI - Triunfo Participações
e Investimentos S.A.
Diretor Administrativo e Financeiro

Nome:

Cargo:

LUIZ ALBERTO KUST
TPI - Triunfo Participações
e Investimentos S.A.
Diretor de Energia

2º R.T.D.

49632

PORTO ALEGRE/RS



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

Anexo I
Descrição da Emissão de Debêntures realizada pela TPI – Triunfo Participações e Investimentos
S.A. em que a Pentágono atua como Agente Fiduciário

1. Denominação da companhia ofertante: TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“TPI”)
2. Valor da emissão: R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais).
3. Quantidade de debêntures emitidas: 180 (cento e oitenta) debêntures
4. Espécie: quirografária
5. Prazo de Vencimento das Debêntures: 15 de junho de 2018.
6. Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não é aplicável.
7. Eventos de Resgate: A TPI poderá, mediante deliberação em reunião do conselho de administração, realizar oferta de resgate antecipado das debêntures em circulação. Até a Data de Emissão das Debêntures da Concepa não havia ocorrido nenhum resgate.
8. Amortização: A amortização ocorrerá anualmente a partir de 15 de junho de 2015 e o último pagamento está previsto para ocorrer em 15 de junho de 2018.
9. Conversão: As debêntures não são conversíveis.
10. Repactuação: Não haverá repactuação das debêntures.
11. Inadimplemento desde a data de emissão das debêntures pela TPI: até a presente data não havia ocorrido.

2º R T D

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Gen. Câmara, 236 - 4º andar - PORTO ALEGRE/RS
Fone: 51.3212.6392

PROTOCOLADO, REGISTRADO E DIGITALIZADO
NESTA DATA, NO REGISTRO INTEGRAL DE TÍTULOS,
Nº **49633**

Porto Alegre/RS

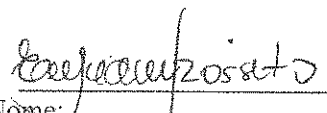
24 FEV. 2012
Emol. R\$ 46,24

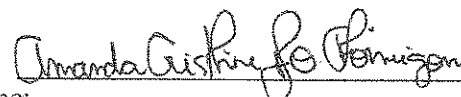
VALTER LUIS CERVO
OFICIAL

[Handwritten signatures and stamps]
DEPARTAMENTO JURÍDICO
TH

(Página de Assinatura 4/4 do "Instrumento Particular de Estrutura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia Osório-PORTO ALEGRE S.A. - Concepa", celebrado em 10 de fevereiro de 2012)

Testemunhas:


Nome: Evelyn Sciani Brandão Rosseto
CPF: 26.228.773-0
RG: 26.228.773-0
CPF: 327.620.588-21


Nome: Amanda Cristina de Pinho
CPF: 391.219.468-84

2º R T D
2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Gen. Câmara, 236 - 4º andar - PORTO ALEGRE/RS
Fone: 51.3212.6392

PROTOCOLADO, REGISTRADO E DIGITALIZADO
NESTA DATA, NO REGISTRO INTEGRAL DE TÍTULOS,
Nº 49632

Porto Alegre/RS

24 FEV. 2012

Emol. R\$ 2.502,78


VALTER LUIS CERVO
OFICIAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/02/2012 SOB Nº: ED000710000

Protocolo: 12/057081-5, DE 15/02/2012

Empresa: 43 3 0003522-1

CONCESSIONÁRIA DA RODovia OSÓRIO PORTO ALEGRE S/A

CONCEPA

JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL

INCRIS

